

Uma Resposta Estratégica Global à Exploração e Abuso Sexual de Crianças Online

Tema	Política/Legislação	Justiça criminal	Serviços de apoio e capacitação de vítimas	Tecnologia	Sociedade	Investigação e compreensão
Capacidades	<p>1 Vontade política Liderança responsável e uma disponibilidade para colaborar ao mais alto nível Recursos governamentais adequados dedicados a combater a epidemia</p> <p>2 Legislação Tecnologia abrangente, incluindo definições comuns, terminologia e limiares para possibilitar a harmonização de crimes, obtenção de provas, responsabilizar o sector privado e evitar a criação de empresas “soberanas” que não possam ser responsabilizadas</p> <p>3 Compromisso Internacional para capacitar o desenvolvimento (tanto de melhorias transnacionais com base na tecnologia como de melhorias sistémicas dentro dos Estados) e a prevenção de sistemas de resposta pouco eficazes dos Estados</p>	<p>4 Partilha de informações e direccionamento colaborativo Acesso partilhado a bases de dados internacionais, especialmente as relacionadas com o material de abuso sexual de crianças e metodologias para combater os criminosos; redes formais de partilha de informações; direccionamento colectivo de alto valor</p> <p>5 Matriz de avaliação de riscos / ameaças para identificação de vítimas e combate dos criminosos</p> <p>6 Cybertip modernizado sistemas de reporte</p> <p>7 Competências especializadas sobre a Internet colaborativas Desenvolvimento colaborativo de tecnologia para investigar os criminosos</p> <p>8 Funcionários e promotores dedicados e com formação com experiência no combate à exploração sexual online de crianças e soluções para investigar conteúdo criptografado</p>	<p>9 Resposta a crises Apoio eficaz e atempado</p> <p>10 Grupos que dão voz às vítimas Partidários da mudança</p> <p>11 Capacitação das vítimas para proteger a privacidade e dignidade das vítimas, através da remoção de todo o material de exploração</p> <p>12 Protecção da identidade das vítimas Preservar a anonimidade das vítimas</p>	<p>13 Soluções inovadoras O uso de tecnologia, incluindo inteligência artificial, para detectar, bloquear e evitar conteúdo ilegal e de exploração, transmissões em directo e aliciamento online</p> <p>14 Avaliação de riscos e segurança com base na tecnologia através de plataformas e provedores a montante e jusante</p> <p>15 Princípios voluntários para a segurança de crianças, incluindo a segurança integrada na concepção (safety by design) Aderência abrangente e consistente no sector tecnológico</p> <p>16 Maior transparência Publicar regularmente relatórios sobre a transparência da detecção e remoção de material de abuso sexual de crianças e garantir que os dados são apoiados por metodologias que possam ser explicadas</p>	<p>17 Desenvolvimento de uma cultura digital A prioridade à segurança das crianças online; integrada e evoluindo a tecnologia; uma responsabilização dos governos e empresas por parte do público/dos cidadãos</p> <p>18 Reporte informado sobre os média Uma abordagem ética e terminologia consistente</p> <p>19 Restrições à exposição das crianças a conteúdo online ilícito e danoso Restrições sistémicas para prevenir o acesso de crianças a conteúdo ilícito</p> <p>20 Educação e alcance Mensagens regulares enviadas a pessoas de idade, género e cultura apropriada</p> <p>21 Alcance de criminosos Desenvolvimento de estratégias de intervenção imediata direccionada</p>	<p>22 Análise e acompanhamento de ameaças Avaliações detalhadas e actualizadas de ameaças e tendências</p> <p>23 Pesquisa para compreender as vulnerabilidades online e sistemas de educação de segurança eficazes Segurança online e metodologias de prevenção</p> <p>24 Pesquisa relacionada com os criminosos Comportamento, motivações e trajectos dos criminosos, bem como a sua interdição eficaz</p> <p>25 Análise do trauma de vítimas a longo prazo Saúde mental, social e económica</p> <p>26 Inteligência artificial ética e inovação investimentos mais elevados e continuados em inteligência artificial ética e soluções de reforço da segurança</p>
Resultados	<p>Renovação do empenho de alto nível a nível nacional e internacional</p> <p>Financiamento, concentração e quadros jurídicos instituídos a nível nacional suficientes para prevenir a exploração sexual e abuso de crianças a nível internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> Renovar os compromissos da WePROTECT Global Alliance (WPGA) de um modo formal Aumentar o número de países membros da WPGA e reforçar a participação Criminalizar o material de abuso sexual de crianças em conformidade com a Convenção de Lanzarote; desenvolver um quadro comum para a classificação de conteúdo Dar prioridade à protecção e privacidade online das crianças nas políticas domésticas e globais Menu das melhores práticas legislativas com amostras regionais Garantir que as leis e a tecnologia, incluindo a retenção de dados, não evoluem de uma forma que aumente a possibilidade de danos online às crianças 	<p>Concentração de recursos para identificar, perseguir e deter os criminosos e salvar vítimas</p> <p>Realização de investigações conjuntas e acções penais bem sucedidas</p> <ul style="list-style-type: none"> Centro de recursos online centralizado para todos os Estados Ferramentas de investigação para combater a tecnologia de anonimidade Repositório consolidado de imagens para a análise e direccionamento da identificação colectiva de vítimas Formalizar o grupo de trabalho de investigação global para o direccionamento colectivo de alto valor Quadros formais de partilha de informações, quadros de cooperação universal e normas para a interoperabilidade jurídica 	<p>As vítimas têm acesso ao apoio de que necessitam</p> <ul style="list-style-type: none"> Procedimentos normalizados para o reporte de imagens, material e informação contextualizada para salvar as vítimas Aumentar os Centros de Advocacia de Crianças dedicados para todos os tipos de exploração de crianças Práticas normalizadas para proteger a identidade das vítimas Expandir os grupos que dão voz às vítimas 	<p>Indústria, alavancagem e legislação para evitar que as suas plataformas sejam usadas como uma ferramenta para o abuso</p> <p>As organizações governamentais e não governamentais utilizam tecnologia para garantir que as plataformas não são utilizadas como ferramentas para abuso</p> <ul style="list-style-type: none"> Reporte regular Um envolvimento significativo dos agentes da autoridade e políticas relativas ao cumprimento da lei Participação internacional proactiva e responsiva com o sector tecnológico Aumentar o volume do sector tecnológico que dá prioridade à avaliação de riscos de crianças e à segurança integrada na concepção (safety by design) Maior uso e aplicação da plataforma de identificação e remoção <i>Arachnid</i> 	<p>As crianças são protegidas de exploração e abuso sexual, independentemente de onde vivam. Os progenitores são capacitados para proteger os filhos de danos online, independentemente de onde vivam. A acção do público responsabiliza governos e empresas</p> <ul style="list-style-type: none"> Anúncio de utilidade pública a elevar a prioridade da protecção das crianças no mundo digital Mais medidas a tomar para reduzir a criminalidade As crianças, cuidadores, professores e outros adultos responsáveis têm conhecimento dos riscos e das medidas de protecção Conscientização do público Os criminosos e eventuais criminosos podem aceder a serviços para prevenir a primeira incidência e a reincidência de actos criminosos Compreender e contrariar o aumento de material de abuso sexual de crianças criado pelas próprias 	<p>Os governos, agentes da autoridade, sociedade civil, meio académico e indústria têm uma compreensão mais clara das ameaças mais recentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> Uma visão actualizada regularmente de tendências globais e do impacto de intervenções, incluindo através de uma Avaliação de Ameaças a Nível Mundial Uma compreensão mais profunda do impacto do abuso a longo prazo, incluindo o seu custo económico Uma compreensão mais profunda do impacto do abuso na vida adulta, incluindo o seu custo económico Avaliação de programas de educação de segurança online
Parceiros	Governos nacionais, organizações regionais, agências da ONU e parceiros da indústria	Agentes da autoridade a nível nacional, Interpol e parceiros regionais	Organizações da sociedade civil a nível nacional e internacional com competências especializadas	Empresas tecnológicas a nível nacional e internacional, associações industriais e agentes da autoridade a nível nacional e internacional	Governos nacionais, organizações regionais, organizações da sociedade civil a nível nacional e internacional	Governos nacionais, organizações regionais, indústria civil a nível nacional e internacional, organizações sociais, agentes da autoridade a nível nacional e internacional, bem como instituições académicas

Criação coordenada de capacidades

- Estabelecer um modelo abrangente de criação de capacidades que incorpore todos os sectores do Modelo de Resposta Nacional
 - Estabelecer a coordenação entre os Estados a realizar a criação bilateral de capacidades
 - Formação dedicada para os encarregados de políticas, para desenvolverem o Modelo de Resposta Nacional
 - Encarregados de políticas a nível nacional e regional com formação para identificar os pontos fortes, lacunas e oportunidades